



**REENCONTROS
NOVOS ESPAÇOS
OPORTUNIDADES**

XXXIV SIC Salão Iniciação Científica

**26 - 30
SETEMBRO
CAMPUS CENTRO**

Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Sanções econômicas: peculiaridades do caso russo
Autor	AMANDHA JOBIM MACHADO MARTINS
Orientador	FABIO COSTA MOROSINI

Sanções Econômicas: Peculiaridades do Caso Russo

Autora: Amandha Jobim Machado Martins
Orientador: Prof. Dr. Fabio Costa Morosini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

As sanções econômicas são definidas pelo direito internacional como medidas coercitivas em resposta à uma violação, podendo ser aplicada a Estados ou indivíduos específicos. Tais medidas podem ser tomadas por organizações como a ONU e a OCDE, ou unilateralmente por algum Estado. No caso de serem impostas pelas Nações Unidas, as sanções são decididas pelo Conselho de Segurança da ONU, sob a égide do capítulo VII da Carta da ONU, depois que é verificada uma ameaça contra a paz. Desta forma, o estudo visa verificar se há algum tipo de diferença entre as sanções aplicadas à Rússia e outras já aplicadas, como aquelas contra Afeganistão, Irã e Cuba. Isso porque, ao contrário dos países mencionados, a Rússia é atualmente um dos países que mais exportam petróleo, gás natural, grãos e outras importantes mercadorias, o que poderia significar que as sanções e seus efeitos sejam diferentes quando comparados a outros Estados. Para isso, através do método indutivo, utilizando-se de levantamento de dados e análise de documentos que demonstrem os impactos e diferenças entre as sanções aplicadas ao Estado russo e outros estudos de caso. Quanto aos resultados preliminares, tem-se que os efeitos colaterais das sanções impostas à Rússia afetam principalmente países em desenvolvimento. A forma das sanções também se mostra diferente, visto que embora haja impedimento da Rússia à economia mundial, grupos sociais específicos estão sendo pressionados. Comparando com as medidas contra o Afeganistão, por exemplo, as medidas impostas pelos EUA afetam diretamente o funcionamento governamental do país, como ocorreu com o bloqueio de mais 7 bilhões de dólares do Banco Central afegão, que recai sobre a importação de produtos essenciais e para a manutenção interna do Estado.